

Recebido em: 30/10/2021

Aceito em: 30/12/2021

Como citar: GUIMARÃES, Stéphanie da Selva; SILVA, Gabriela Baptista da. Ofertas e Adaptações de Serviços de Saúde Mental à população T de Porto Alegre em meio a Pandemia de COVID-19. *Boletim Entre SIS*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 41-49, dez. 2021.

OFERTAS E ADAPTAÇÕES DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO T DE PORTO ALEGRE EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19

OFFERS AND ADAPTATIONS OF MENTAL HEALTH SERVICES TO THE T POPULATION OF PORTO ALEGRE IN THE MIDDLE OF THE COVID-19 PANDEMIC

Stéphanie da Selva Guimarães*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – RS/Brasil**E-mail: stephanie-sg@hotmail.com***Gabriela Baptista da Silva***Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – RS/Brasil**E-mail: gabriela.baptista@pucrs.br*

Resumo

Historicamente a população transsexual e travesti possuiu dificuldades no acesso à serviços de saúde física e mental, nas esferas pública e privada, devido a preconceitos de outros usuários ou de profissionais que trabalham nesses locais. Partindo desta problemática, criou-se um espaço específico para o atendimento especializado e humanizado, seguindo as diretrizes do SUS, voltado ao acolhimento da população T de Porto Alegre. Este local encontra-se filiado ao serviço-escola da PUCRS desde dezembro de 2020, e os atendimentos ocorrem em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade. Desta forma, este trabalho tem o objetivo de elucidar, através de um relato de experiência, sobre a grande procura da população trans a este serviço de saúde e a dificuldade de encaminhamento destes usuários e usuárias para outros locais especializados em acolhimentos de saúde mental. As dificuldades relatadas giram em torno do histórico de queixas relacionadas a preconceitos e discriminações direcionadas à população T (transsexuais e travestis), e a diminuição de ofertas de locais de saúde mental durante a pandemia de COVID-19. Como resultados deste processo, houve a ampliação dos serviços de saúde mental na UBS, onde este estágio foi realizado. O processo possibilitou maior número de acolhimentos, encaminhamento de alguns usuários para a modalidade online ou de psicoterapia breve, além do desenvolvimento de grupos de apoio e de convivência para estes indivíduos, garantindo direitos e a qualidade de vida para esta população.

Palavras-chave: Acesso aos serviços de saúde; Travestis; Transexuais; Psicologia; Estágio.

Abstract

Historically, the transsexual and transvestite population has difficulties in accessing physical and mental health services, in the public and private spheres, due to prejudice from other users or professionals who work in these places. Based on this issue, a specific space was created for specialized and humanized care, following the guidelines of the SUS, aimed at welcoming the T population of Porto Alegre. This place has been affiliated with the PUCRS school-service since December 2020, and care takes place in a Basic Health Unit (UBS) in the city. Thus, this work aims to elucidate, through an experience report, about the great demand of the trans population for this health service and the difficulty of referring these users to other places specialized in mental health care. The difficulties reported revolve around the history of complaints related to prejudice and discrimination directed at the T population (transsexuals and transvestites), and the decrease in offers of mental health facilities during the COVID-19 pandemic. As a result of this process, there was an expansion of mental health services at the UBS, where this internship was carried out. The process enabled a greater number of receptions, referral of some users to online or brief psychotherapy modality, in addition to the development of support and coexistence groups for these individuals, ensuring rights and quality of life for this population.

Keywords: Access to health services; Transvestites; Transsexuals; Psychology; Internship.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de elucidar, através de um relato de experiência, sobre a grande procura da população T, formada por travestis e transexuais, a um serviço de saúde mental durante a pandemia de COVID-19. Ressalta-se na escrita, a dificuldade de encaminhamento destes usuários e usuárias para outros locais especializados em acolhimentos e atendimentos de saúde mental, devido a dificuldades relacionadas a situações recorrentes de preconceitos e discriminações direcionadas a estes indivíduos.

Também se observa a diminuição de ofertas de locais de saúde mental durante a pandemia de COVID-19, diminuindo mais ainda o número de locais considerados seguros (sem histórico de preconceito ou com um nível ínfimo de casos relatados) para o encaminhamento de pacientes e usuárias/os durante este período. Os serviços e adaptações descritos foram realizados dentro do contexto de estágio obrigatório em psicologia social, e as atividades ocorreram em uma Unidade Básica de Saúde de Porto Alegre e em uma ONG da cidade, que possui atendimento especializado à população T (transsexuais e travestis), vinculadas ao Serviço- Escola da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

DESENVOLVIMENTO: BREVES PROCESSOS HISTÓRICOS E RELATO DE EXPERIÊNCIA

Oferta de Serviços em Unidades Básicas de Saúde (UBS)

Historicamente a população T possui dificuldades no acesso à serviços de saúde física e mental nas esferas pública e privada brasileiras, devido a preconceitos de outros usuários dos serviços e/ ou de profissionais que trabalham nesses locais (Mello, et.al. 2011). Estes preconceitos podem se manifestar de maneira explícita ou implícita e afetar, não só o acesso à saúde, mas também a forma como o indivíduo se percebe e as oportunidades que estão disponíveis a ele durante a vida.

Desta maneira, torna-se importante ressaltar que segundo a Constituição Federativa Brasileira de 1988, o acesso à saúde, é um direito Universal, devendo ser oferecido a toda população de forma integral e equitária. Desta forma, reconhecendo a dificuldade de acesso à saúde, e visando diminuir o sofrimento da população LGBT, em 2011 foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Esta política se dispõe a promover o bem-estar biopsicossocial, atendendo as especificidades da comunidade LGBT, reconhecendo os efeitos da discriminação, marginalização e da exclusão inclusive dentro dos locais de assistência à saúde, e se propõe a diminuir os preconceitos, à omissão de direitos, o estigma social, e à invisibilidade destes indivíduos (Santana, et. al. 2020). Alguns anos depois da criação desta política, especificamente no ano de 2019, foi criado pela Prefeitura de Porto Alegre (PMPA), um serviço especializado ao

atendimento integral à saúde da população T, que contava principalmente com atendimentos médicos, mas também oferecia acompanhamentos multiprofissionais com a equipe de enfermagem, assistência social, biomedicina e farmácia. No ano de 2020, com o início da pandemia de COVID-19, o local identificou a necessidade de também ofertar as/os usuárias/os acolhimentos em saúde mental, sendo realizado o primeiro contrato do local, de oferta de estágio curricular (à nível de graduação) em gênero e sexualidade, junto com a PUCRS e com a ONG.

O processo burocrático de vinculação durou alguns meses e contou com uma etapa inicial piloto, onde fazíamos alguns atendimentos a fim de conhecer melhor as demandas das/os usuárias/os, a estrutura e disponibilidade de serviços do local e quais planejamentos de atividades poderiam ser realizadas, a fim de possibilitar melhores acolhimentos, garantindo o direito à saúde e a diminuição da grande demanda que o local possuía. Inicialmente eram ofertados acolhimentos que ocorriam uma vez por semana, na sede do local, e que duravam de 45 minutos à 1 hora. Eram ofertados acolhimentos em formato presencial e online, devido a pandemia e as dificuldades financeiras em que a grande maioria dos indivíduos se encontrava. Após 6 meses de ofertas do serviço, com a alta demanda e com a grande quantidade de casos graves à serem acolhidos, iniciou-se a oferta de psicoterapia breve, que ocorria na sede da ONG e, em outro dia de acolhimento para os casos que necessitavam de maior escuta após o período de acolhimento estendido, que poderia durar alguns meses.

Acolhimentos em Unidades Básicas de Saúde (UBS)

O processo de acolhimento nas unidades básicas de saúde faz parte da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Espera-se que este processo de escuta e acolhida proporcione a usuária e/ou usuário acompanhamentos mais humanizados e que prezem pela equidade e universalidade, princípios básicos do SUS (Campos, 2010). Ressalta-se que o processo de acolhimento não é feito por profissionais de uma área específica de conhecimento, e sim, por diversas categorias profissionais que fazem parte do corpo de atendimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e que antigamente faziam parte das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF).

A multidisciplinaridade dos acolhimentos visa a garantia de um dos princípios básicos do SUS, o aprimoramento da relação entre a equipe profissional e o usuário (Franco, 1999), além possibilitar a diminuição das demandas das UBS, fazendo com que os atendimentos sejam mais efetivos e resolutivos (Brasil, 2006).

Desta maneira, os acolhimentos eram realizados a partir do formato de escuta focada na queixa das usuárias e usuários, procurando estabelecer um vínculo entre quem acolhe e quem é acolhido, a fim de possibilitar uma melhor escuta daqueles que procuram o serviço de saúde (Santos e Weinrich, 2016).

Quando se trata de acolhimentos de saúde mental, especificamente na UBS, onde ocorreram as escutas deste trabalho, foram feitos encontros de acolhimento com a equipe de psicologia- formada por residentes e estagiárias- equipe de enfermagem e medicina de família. Em casos em que as profissionais da enfermagem e medicina de família perceberam uma necessidade de escuta maior, as usuárias e usuários foram encaminhados para um acompanhamento, ainda no formato de acolhimento, estendido junto com a equipe de psicologia. Esses encontros continuam tendo um caráter de escuta e de acolhimento do indivíduo, modificando o tempo da escuta geral, que pode chegar a alguns meses de acompanhamento, e a amplitude dos assuntos abordados- que, de forma geral, tem relação com a demanda inicial trazida pelo indivíduo. Neste formato, procurava-se focar em elementos atuais da história de vida da pessoa, que possam ter relação com a sua situação psíquica atual. Desta forma, vivências vinculadas a infância, família, amigos ou outras pessoas que poderiam fazer parte da rede de apoio, eram trazidas de forma mais pontual, com o objetivo de mapear situações vinculadas a demanda inicial, a fim de instrumentalizar a/o usuária/o sobre possíveis problemáticas da sua vida, que envolviam a demanda inicial, e sinalizavam sobre a importância de manter o contato e de reconhecer sua rede de suporte e apoio social.

Psicoterapia Breve

Com a desenrolar do acolhimento, e com os conhecimentos que este fornecia sobre o histórico de vida da/o usuária/o e sobre sua situação atual, em alguns casos se modificava o acompanhamento para o formato de psicoterapia breve. Para isso, era avaliada a capacidade egóica do sujeito, a situação atual do caso e a dificuldade de abertura do indivíduo durante o processo. O encaminhamento para esta modalidade também prezava pelo bem-estar da/o escutada/o, e do vínculo com a terapeuta. Também era um fator importante, a dificuldade de encaminharmos o indivíduo para algum outro local da cidade, que tivesse atendimento especializado, e que não se soubesse de situações de discriminação ou preconceito dirigidos à população T. Dessa forma, a escolha por ampliar o serviço para um espaço com psicoterapia breve, originou-se no intuito de garantir um acompanhamento humanizado e respeitoso, em relação a identificação de gênero da pessoa em acompanhamento.

A psicoterapia breve é um formato de terapia originada dos estudos de S. Ferenczi e O. Rank (1956) por um método de terapia psicanalítica com menor tempo de duração e que não perde a qualidade do processo terapêutico. Atualmente a psicoterapia breve pode seguir a linha psicanalítica, a partir dos preceitos clássicos de Ferenczi e Rank (1924), ou a abordagem cognitiva comportamental, a partir das teorias de aprendizagem de Skinner e Thorndike (ABRAP, 2020). Nos dois casos, mantém-se a proposta inicial de Ferenczi e Rank, de preservar a qualidade do processo terapêutico, mas torná-lo mais rápido, a partir do estabelecimento de um foco de tratamento. Cabe também ressaltar, que

segundo a ABRAP (2020), esta modalidade terapêutica baseia-se também na Experiência Emocional Corretiva (EEC) e no Efeito Carambola. Alexander (1946), cita que a EEC oferece a possibilidade de o paciente reviver as situações traumáticas reprimidas, na relação com o terapeuta, possibilitando que o sujeito ressignifique e experiencie estas atitudes de forma menos negativa. Este movimento ocorre através da vivência repetida das emoções disfuncionais, que aparecem durante o atendimento guiado pelo terapeuta. Seguindo este movimento, o Efeito Carambola, diz respeito às repetidas experiências emocionais corretivas que levam o paciente a novas reações diante das situações da vida que antes eram impactadas pela situação traumática. A recorrência da EEC, leva a um novo "set" cognitivo e afetivo que permite a reestruturação da imagem interna e da interação com o mundo à volta do indivíduo (ABRAP, 2020).

Atendimentos, Acolhimentos e Outras Atividades Online

Em decorrência da pandemia de COVID-19, e pensando em garantir os acolhimentos e atendimentos, para a população T, assim como a atividade de estágio, iniciou-se a oferta de acompanhamentos na modalidade online. A partir dos relatos anteriores, sobre como as atividades foram estruturadas, ressalta-se que, segundo o caderno de orientações do CFP (2020), para que as práticas de atividades de estágio possam ser feitas de forma online, é necessário que três aspectos formativos sejam levados em consideração: diversidade dos contextos, processos de trabalho e práticas no percurso formativo.

Estes aspectos devem ser levados em consideração para que o percurso formativo, em relação a práticas e estágios, não perca qualidade e para que os alunos e alunas consigam desenvolver suas potencialidades da melhor forma possível. Para isso, o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu uma cartilha com orientações para que as atividades ocorressem, de forma online, da melhor maneira possível, prezando pelo aprendizado de qualidade da profissão e pelo atendimento as/aos usuárias/os de saúde. Neste sentido, as atividades realizadas durante o período de pandemia, vão ao encontro da sessão da cartilha do CFP, em relação a liberação de práticas virtuais e a qualidade de serviços ofertados, sobre processos de prevenção e promoção da saúde e bem-estar.

Esta seção da cartilha do CFP, refere-se a ações individuais, como os acompanhamentos descritos anteriormente; e atividades coletivas com grupos de apoio, atividades institucionais e em comunidades.

Desta maneira, percebendo a possibilidade de ofertar acompanhamentos em grupo, e observando a demanda da UBS, desenvolveu-se um projeto de acolhimento vinculado a arte, sendo ele um grupo psicoterapêutico que ocorria de forma online, que possibilitava o compartilhamento de situações de sofrimento, de dúvidas sobre os processos mentais e/ ou físicos ao qual o indivíduo

pudesse estar passando, assim como ofertava a troca de experiência entre as/os participantes e a terapeuta. Ao longo dos encontros eram ofertados momentos com música, desenhos e outras atividades artísticas que pudessem ser realizadas em casa, e mostradas por vídeo chamada, assim como, eram disponibilizados momentos de conversas do grupo com pessoas que tinham grande representatividade na comunidade T, a fim de compartilhar suas vivências e aprendizados sobre os processos específicos dessa população.

Para participar dos grupos a pessoa poderia ser encaminhada do acolhimento individual ou poderia pedir na secretaria para participar. Também se conversava com as/os participantes, que assim como no acolhimento e na psicoterapia breve online, era importante manter as condições relacionadas à privacidade e segurança deles ao longo dos encontros. Desta forma, se observava se a pessoa estava em algum local com privacidade, longe de outras pessoas da família, de amigos ou de pessoas com quem dividiam a casa; se tinham fones de ouvido, a fim de tornar ainda mais cômoda e segura a escuta; e se não estavam em sofrimento extremo, como em casos onde eram constatados risco de suicídio, automutilação ou heteroagressão, visto que nestes casos a escuta mudava para o formato presencial, possibilitando maior facilidade de intervenção medicamentosa ou com mais profissionais da rede, quando necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados deste processo de dificuldade de acesso ao sistema de saúde, em específico da saúde mental, pela população T, notou-se a necessidade de ampliação dos serviços ofertados dentro da UBS. Clarifica-se que após a entrada da equipe na Unidade de Saúde, houve a ampliação dos serviços de saúde mental, não só a partir do desenvolvimento dos projetos, mas também à partir da observação da necessidade de maior oferta de psicoterapeutas no local. Desta maneira, o movimento iniciado a partir do estágio, possibilitou que mais três universidades se vinculassem ao local, para ofertar acolhimentos e atendimentos, seguindo o mesmo formato iniciado, para a população T. Este movimento de ampliação possibilitou que de duas estagiárias, o serviço passasse a ofertar também, escutas com profissionais da residência, que em sua maioria eram da área da psicologia. Desta maneira, se possibilitou um maior número de acolhimentos, atendimentos psicoterapêuticos e de encaminhamentos, de alguns usuários para modalidades específicas de acompanhamento, como a psicoterapia breve, ofertada na sede da ONG; o grupo de apoio e de convivência dentro da UBS; ou o ofertando a possibilidade deste indivíduo ter acesso a outros auxílios, como receber as cestas básicas gratuitas distribuídas pela ONG vinculada ao estágio.

Ressalta-se também que ampliação dos serviços levou a um maior número de procuras por atendimento, não só na saúde mental, mas também em outras especialidades, através da indicação de

quem já era acompanhada/o, para conhecidas/os, fazendo com que houvesse um aumento de procura por acompanhamento no local e demonstrando a necessidade da ampliação deste serviço. A partir disso, também cabe destacar que este movimento clarifica a necessidade de outros serviços especializados para a população T, em outros pontos da cidade, a fim de garantir que outras pessoas tenham acesso a estes locais de atendimento, visto que, em não raros casos, as pessoas tinham dificuldades para conseguir dinheiro para passagem de ônibus ou algum meio de transporte até o local de atendimento. Essa problemática era associada pelos escutados, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, devido a preconceitos de outras pessoas. Desta forma, identifica-se a necessidade, não só da ampliação dos locais de serviços especializados à saúde da população T, que prezem pela garantia dos seus direitos e pela qualidade de vida dos atendidos; mas também nota-se a necessidade de realização de projetos educativos que possibilitem a diminuição do preconceito frente à diversidade sexual e de gênero.

REFERÊNCIAS

ABRAP. Terapia Focal: Psicoterapia Breve Psicodinâmica. Disponível em <http://www.abrap.org/site/TERAPIA_FOCAL.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2021.

ALEXANDER, F.; FRENCH T. Psychoanalytic Therapy. Principles and Application. N.Y.: Ronald Press, 1946.

BRASIL. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, G. W. S. Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família. Rio de Janeiro: Ciência coletiva, 2010.

FRANCO, T. B. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública, 1999.

FERENCZI, S.; RANK, O. The Development of Psychoanalysis. Ed. 1956. International Press, 1924.

MELLO, L.; PERILO, M.; BRAZ, C. A.; PEDROSA, C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sex salud: soc, 2011.

SANTANA, A. D. S.; LIMA, M. S.; MOURA, J. W. S.; VANDERLEY, I. C. S.; ARAÚJO, E. C. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Disponível em <<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>>. Acesso em 17 de maio de 2021.

SANTOS, M.; WEINRICH, V. Processo De Acolhimento Em Unidades Básicas De Saúde: uma revisão de literatura. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Marcilene-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

**Trabalho apresentado no II Encontro de Serviços-Escola de Psicologia do Rio Grande do Sul:
Desafios e legados da pandemia**

Link do vídeo: <https://youtu.be/sKDC7z1EUkQ>

Dados sobre as autoras:

- *Stéphanie da Selva Guimarães*: Graduanda de Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- *Gabriela Baptista da Silva*: Supervisora do Núcleo de Psicologia Social e Institucional (NUPSI/PUCRS).

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
